

Simonsen pede "o jogo da verdade"

Há, entre outros, um consenso sobre a crise econômica brasileira. E ele se localiza no que sugeriu ontem o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen: "O governo deve fazer o jogo da verdade. Deve efetivamente colocar suas cartas na mesa porque dificilmente conseguirá buscar soluções sem o respaldo da sociedade. Os problemas que afetam hoje o País dificilmente serão enfrentados pelo governo sem um amplo debate". Simonsen fez essa observação ao participar dos debates na mesa-redonda que encerrou, ontem, o seminário "Alternativas para a crise: o Brasil e a economia internacional", promovido pelo *Jornal da Tarde* e pelo Instituto Roberto Simonsen, com patrocínio do Banco Itaú e do Grupo Pão de Açúcar.

O jornalista Ruy Mesquita, que coordenou a mesa-redonda, concordou com o ex-ministro, mas lembrou que, "infelizmente, o governo admite o debate mas, ao mesmo tempo, afirma que não governa sob pressão, esquecendo-se de que a essência dos Estados verdadeiramente democráticos reside principalmente em governar sob pressão".

Nos debates de ontem, no final da tarde, chegou-se à conclusão de que o maior problema da economia brasileira hoje está no equilíbrio do balanço de pagamentos. E houve consenso, também, sobre o fato de que recessão não contribui em nada para melhorar o balanço de pagamentos. O professor Albert Fishlow, da Universidade de Yale e da Califórnia (Berkeley), foi quem suscitou o debate.

Disse que não entende a que veio a decisão de uma recessão, se ela não soluciona o problema do balanço de pagamentos, embora possa contribuir para uma eventual queda dos índices inflacionários. Lembrou que a recessão trás, em si, dois problemas: o acirramento das desigualdades na distribuição de renda e o aumento da participação do Estado na economia.

Afinal, se a inflação não é necessária para responder ao problema principal, e se as seqüelas dela decorrentes são danosas ao País, por que é que ela veio? A essa indagação Mário Simonsen tentou dar a sua interpretação. "É um problema de caixa" — observou — depois de afirmar que as reservas nacionais "caíam em espiral". Simonsen previu um prazo de três a quatro meses para se superarem as dificuldades das reservas nacionais e para que a economia possa ser reativada. Concordou que, "se a recessão for transitória, ela é compreensível; caso contrário, contribuirá para prejudicar ainda mais o País: não há banqueiro que queira hoje emprestar para quem não cresce".

O professor Celso Furtado advertiu sobre "a falta de manobra do governo" que, para ele, "está praticamente de mãos atadas diante da situação". O professor, da Universidade de Paris, perguntou quais as razões da política "absurda" de subsídios e ele mesmo respondeu: os subsídios às exportações suprem as deficiências de uma política de câmbio que, por sua vez, está condicionada à necessidade de captação de recursos externos. Essa interligação

dos problemas, para ele, "reduz a capacidade de governar".

Simonsen reconheceu a "falta de manobra do governo" e disse que o próprio governo tem hoje consciência disso — "o que não é uma situação agradável". Uma saída, para começar-se ao menos recuperar esta margem de manobras, para o ex-ministro, seria possível, a curtíssimo prazo, com uma política que buscasse um superávit na balança comercial. Concordou com Celso Furtado sobre a necessidade de um programa econômico a longo prazo, e ligado basicamente a dois fatores: exportar mais e substituir importações.

Perguntaram ao ex-ministro Mário Simonsen se ele acreditava que o ministro Delfim Netto havia perdido o controle da economia. Simonsen, rapidamente respondeu: "Creio que o próprio ministro Delfim reconheceu implicitamente isso em 1979". (E todos o aplaudiram.)

Quanto à renegociação da dívida externa brasileira — que ocupou parte substancial dos debates realizados anteontem e ontem — Mário Simonsen opinou: "Renegociar é fácil. O problema é conseguir algo em troca depois de renegociado. Mesmo com a dívida renegociada é preciso não esquecer que o Brasil necessitará de cerca de US\$ 5 bilhões por ano. E quem é que vai emprestar esse dinheiro, depois que renegociarmos nossa dívida?" O ex-ministro também disse que "é necessário perder-se esta vergonha de recorrer ao Fundo Monetário Internacional".



Simonsen e Furtado (ladeando Ruy Mesquita): posição comum

Foto Claudinê Petrolí